

apontavam respectivamente os caminhos de Goiás e Paraná”.

O século XVIII é aquele em que se completa o povoamento do litoral e o reconhecimento do interior aprofunda-se. O gado no Rio Grande do Sul e no vale do São Francisco; o ouro e diamantes em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; a ocupação militar e religiosa do vale do Amazonas, etc. são alguns momentos da maior fixação interiorana. Nesse período, a civilização — arte, moradia, urbanização, luxo — toma aspectos novos. E o desenvolvimento particularista vai consolidar-se, numa afirmação de regionalismo, que marcará a nossa história.

“Nos primeiros anos do século passado (XIX) dá-se um fato de capital importância para o desenvolvimento da civilização brasileira. O Brasil, de administração secundária, passa a ser sede do Governo; de colônia se transforma em metrópole, entrando de chofre, sem luta, no estado de independência política. Qualquer crítica pessoal que se pretender fazer ao príncipe e rei D. João perde o interesse diante da realidade poderosa do movimento progressista que a sua função governativa produziu, se não mesmo promoveu. A estada da corte no Rio de Janeiro foi a origem de uma transformação profunda da civilização do Brasil”.

O reflexo maior aparece, inicialmente, na transformação material do Rio de Janeiro: sua população, no termo do século XVIII, pouco excedia de 40.000 habitantes; em 1821 atinge 110.000 almas. “Não somente cresce a cidade como também foi provida de edifícios públicos e particulares, dotados de estilo arquitetônico mais apurado, graças à presença do arquiteto Grandjean de Montigny, elemento integrante da missão artística francesa aqui chegada em 1816”.

As outras capitais — Pôrto Alegre, Salvador, Recife, São Paulo — sofrem também grandes vicissitudes nesse século. Porém, é o café que intensifica o comércio, a urbanização e a abertura de estradas de ferro no sul. No Nordeste, o açúcar ainda representa o elo econômico fundamental e, conseqüentemente, é a partir dele que se explica uma série de transformações materiais.

Assim, o breve apanhado de Afonso Arinos permite-nos seguir o nascimento e desenvolvimento de uma série de problemas materiais da nossa civilização. E, o seu livro pioneiro, torna-se grandemente útil como introdução à problemática da história brasileira.

EDGARD CARONE

NARRATIVAS DE UMA VIAGEM AO BRASIL

Por Tomas Lindley. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969. 190 p. (Col. Brasileira, 343).

Publicado originariamente em Londres, em 1805, o livro de Lindley reúne seu diário de permanência em Pôrto Seguro e Salvador — lugares onde esteve prisioneiro, de julho de 1802 a agosto de 1803 — e notas históricas sobre o Brasil. É um dos primeiros relatos de estrangeiros publicados no século XIX, tendo, assim, servido de fonte para inúmeros estudiosos e viajantes, que utilizarão fartamente suas informações verídicas e precisas. Andrew Grant, em *Description of Brazil* plagia fatos revelados pelo nosso autor; e os franceses Hippolyte Taunay e Fernando Denis citam constantemente o mercador inglês.

Durante a sua permanência forçada no Brasil — Lindley é prêsso quando contrabandeava pau-brasil nas costas da Bahia — anota, com argúcia e sensibilidade, as peculiaridades e costumes existentes. Suas observações sobre a economia, instituições, religião, costumes, etc. são precisas e claras. Daí o interesse de sua obra, que é documentário vivo de um momento.

Um fato inicial e fundamental surge do diário: a existência de um comércio de contrabando ativo entre a Bahia, Rio de Janeiro e a bacia do Prata. Apesar das medidas repressivas portuguesas, o contato com Buenos Aires é constante. E quem ajudava a praticar o contrabando eram as pessoas “nomeadas para impedi-lo”, isto é, as autoridades militares portuguesas ou “indivíduos por êles acumpliciados”.

O contrabando é também comprovado pelo grande número de navios estrangeiros, principalmente ingleses, que navegam ou aportam às costas brasileiras. Naturalmente que nem todos têm o mesmo objetivo, mas a presença suspeita deles em certas regiões da Bahia comprova o fato. Durante a estadia de Lindley, um navio inglês naufraga na baía de Santa Cruz, outro ao sul da Bahia e três aportam avariados ao pôrto de Salvador.

A justiça portuguesa aparece descrita de maneira dramática, surgindo com todo o seu sistema complexo e obsoleto: desde o seu apresamento o autor tem de sofrer as conseqüências de um complicado sistema judicial. É prêsso e confronta-se com o desembargador do crime, o capitão da Marinha e os escreventes da justiça; sua mercadoria é apreendida, sendo avaliada ao bel-prazer das autoridades; as inquisições são lentas e constantes e é “um tribunal de justiça que decide a questão e pronuncia a sentença. Em alguns

casos, há o recurso de apelação ao Tribunal Superior de Lisboa ou à clemência do príncipe”. As mercadorias apressadas servem para ajudar a pagar as despesas do processo, só que sua avaliação cabe aos portugueses: um dos navios avariados é obrigado a descarregar, “sob a imediata superintendência e inspeção do guarda-mor e de um amanuense da Alfândega. Mas não lhe poderia ser concedida a faculdade de realizar vendas a fim de liquidar suas despesas porque haviam chegado ordens recentes de Lisboa para que, nesses casos, uma suficiente quantidade de mercadorias fôsse retirada do navio e mandada para essa cidade, sendo lá vendida. A dívida de origem, o frete para a Europa e as despesas de viagem seriam deduzidas do produto dessa venda e o saldo (se houvesse) devolvido ao proprietário, em Londres ou qualquer outra parte”.

Ainda aparece como precária a ocupação plena do território pelos portugueses: apesar das regiões de Pôrto Seguro e Salvador terem sido ocupadas desde o século XVI, índios ainda atacam a primeira das duas cidades. A zona, porém, está semeada por grande número de engenhos e agricultores. A descrição das propriedades comprova que grande número delas possui “fábrica de açúcar”, com engenhos de “três cilindros de pesada madeira”; outras são “fazendolas esparsas, situadas nas proximidades do rio, para melhor transporte de seus produtos destinados a Pôrto Seguro”; e algumas produzem a mandioca, “raiz inestimável, pois proporciona a farinha ou o pão da América do Sul”.

A vida urbana também é descrita de maneira rica. A existência da burguesia comercial é exemplificada pela sinalização de alguns nomes de seus representantes mais dinâmicos, como o de Antônio da Silva Lisboa, que mantém grande contacto com a Inglaterra. Outro comerciante que aparece possui belo jardim na sua residência e tem “fortuna ilimitada”.

Porém, outro dado fornecido por Lindley também é de fundamental importância: a comprovação da existência de pessoas que guardavam grande fortuna, emprestavam dinheiro a juros e faziam serviço de câmbio. Esta forma de acumulação de capitais é que permitirá o nascimento do sistema de **comissários de café**, **comissários de açúcar**, etc., isto é, a formação de um sistema pr-bancário no Brasil. Por exemplo, o Sr. Oliveira vendia chitas às suas freguesas e quando “apresentei meu título, e assisti a quantia ser contada com muito cuidado e empilhada (sendo em prata) num banco que ficava por detrás dele, coberto com um pano. Informando eu ao velho que me havia sido prometido ouro, êle transportou uma parte da prata para o armário já mencionado e, abrindo-o, fiquei

surpreendido com a quantidade de sacos nêle existentes, aparentemente cheios de ouro, além de artigos avulsos de ouro e prata, arrumados separadamente”.

A descrição de problemas relacionados com a alimentação; a sinalização da existência de fatos relativos à hierarquia social; o problema do escravo; a pesca da baleia; a exploração do salitre; a falta de dinheiro; o monopólio pela Igreja e Estado das melhores terras ao redor de Salvador; as festas populares e religiosas; o recrutamento dos soldados e marinheiros, etc., são outros temas tratados com precisão neste diário, que se torna de leitura imprescindível para quem queira conhecer o Brasil na véspera da sua independência.

EDGARD CARONE

ÉTUDE SUR L'EXERCICE DE LA FONCTION D'ARCHITECTE

Por François Marquart e Christian de Montlibert. Institut National pour la Formation des Adultes. Nancy, França. mai 1969. mimeogr.

A formação artística e humanística do arquiteto no mundo ocidental, especialmente na França, e o estilo de conduta profissional que aquela condiciona têm-se constituído em objeto de vários estudos, muitos dos quais sociológicos. A sociologia das ocupações, como se sabe, interessa-se pelas várias ideologias ocupacionais e seus resultados em termos de norteadoras da conduta e das condições de êxito de seus portadores no mercado de trabalho.

O estudo em questão ultrapassa, porém, esse ponto de vista analítico já tradicional. Parte de um traçado histórico conciso, mas bem informado, da evolução histórica da profissão de arquiteto a partir da Idade Média; passa em revista, mediante diagnóstico conclusivo, as precárias condições técnico-econômicas do mercado da construção civil vigentes na França e decompõe a complexa rede de divisão do trabalho de projeto, contrôle e supervisão neste tão importante setor econômico.

O retrato detalhado da situação de mercado dá-nos idéia clara dos mecanismos institucionais que tolfhem a prática arquitetônica no que ela tem de mais específico: a liberdade de criar, de organizar o espaço humano com arte e funcionalidade. Interessante notar, a respeito, semelhanças da situação do arquiteto francês e do brasileiro. Lá, como cá, a interferência do Estado no setor das edificações habitacionais, por meio de financiamentos necessários para suprir a formação

privada de capital, e imbuída de um espírito imediatista de construir o máximo ao menor custo, favoreceu a expansão dos escritórios de arquitetura, burocratizando-os e colocando-os à mercê da supervisão restritiva da engenharia governamental. Em contrapartida, vieram a diminuir as possibilidades efetivas do exercício liberal da profissão, o que gerou a busca de soluções novas por parte dos arquitetos.

Assumindo, analiticamente, a visão de mundo do arquiteto sobre as limitações institucionais da prática profissional, o autor penetra na ética esteticista e humanista tão arraigada no francês (a mentalidade da escola de **Beaux-Arts**) classifica-a de carismática e mostra como ela já não corresponde às modernas condições de trabalho. Em decorrência, parte para a exploração das alternativas de reforma da profissão pleiteadas, evidenciando em que medidas as soluções apresentadas traduzem ou não modificações da ética tradicional.

O relatório resultou de pesquisa de campo junto a arquitetos franceses, em 1968, e tem o duplo mérito de conciliar o tratamento estatístico de informações padronizadas com o uso livre de depoimentos abertos bem selecionados. Além disso, revela ter sido conduzido por hipóteses seguras sobre o que investigar. Um trabalho recomendável a estudantes de sociologia das ocupações, tanto pelo seu valor intrínseco, como pelas inúmeras semelhanças entre a situação retratada na França e a vigente no Brasil, que ora estamos pesquisando.

JOSÉ CARLOS GARCIA DURAND

A RECONSTRUÇÃO HUMANA — O OUTRO LADO DA COMUNICAÇÃO DE MASSAS

Por Murillo Nunes de Azevedo. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1971.

N'O homem medíocre, José Ingenieros lastima a triste sina dos que sucumbem à rotina do cotidiano. Murillo Nunes de Azevedo, muitos anos depois, faz o mesmo. E daí? Será que ainda é necessário fazê-lo? Será que ainda comove a alguém a denúncia pura e simples dos efeitos alienadores dos meios de comunicação de massa a serviço do consumo ou da manutenção do poder político? O assunto fica bem, hoje em dia, como tema de música ou de poesia; mas, como assunto de análise crítica, convenhamos, há-de se ir adiante. E o autor não vai. Quando tenta, lança mão de princípios do budismo e defende a introspecção, praticada com base nas posições físicas da

loga, como meio de o homem livrar-se dos estímulos condicionantes ambientais, dos fatores de irritabilidade, e descobrir a paz interior; de encontrar-se, enfim, consigo próprio. Mas o budismo não é apresentado de forma sistemática, como filosofia. Dêle ficamos sabendo apenas que não é “uma religião no sentido estreito do termo, e sim uma arte de viver, que pode ser aplicada por cada um dentro de sua religião particular” (p. 129); arte de viver que consiste em sentir o “aqui e agora”. O autor não foge à preocupação prática — que tanto notabilizou Dale Carnegie nos círculos leigos — de **Como evitar preocupações e começar a viver**, e nem mesmo falta-lhe o arrolamento de regras para ser feliz, a que êle chama estágios da integração, a prática da compreensão correta, do pensamento correto, da palavra correta, da ação correta, do modo de vida correto, do esforço correto, da atenção correta, para finalizar na integração, em que a comunicação é possível pois o sujeito emissor e o sujeito receptor removeram as barreiras do condicionamento social e encontraram a paz interior.

Nosso desconhecimento da filosofia budista, que não é suprido na obra, não nos permite apreciar a fidelidade do autor à mesma, porém, é forçoso reconhecer que no ecletismo da sua formação intelectual (engenheiro de transportes, interessado em psicologia e comunicação de massas como revelam suas citações, e monge budista) acabou prevalecendo certo pragmatismo ingênuo do racionalismo ocidental, que supõe a felicidade suprema como um objetivo atingível por regras enunciáveis no discurso verbal.

Discordamos da apresentação de Mariano Tôrres, segundo a qual o autor, “valendo-se dos postulados básicos da filosofia oriental — ao expor, debater e criticar as teorias massificantes — defende a meditação budística como a única forma de resolver a angústia existencial e fazer reviver as criaturas humanas”. Em verdade, não há críticas a teorias massificantes, mas apenas ao que há de mais visível na massificação, que é a manifestação da personalidade estereotipada. A rigor, o que a obra não revela é o terceiro lado do processo de massificação, ou sejam os fatores estruturais e o jogo de interesses que determinam, perspectiva necessária a quem pretenda hoje discutir comunicação. Além disso, o autor parece não dar conta de que a angústia existencial é emoção típica daqueles que fugiram ao padrão convencional de homem moderno a que o pessimista sociólogo Wright Mills chama **robô alegre**.

JOSÉ CARLOS GARCIA DURAND